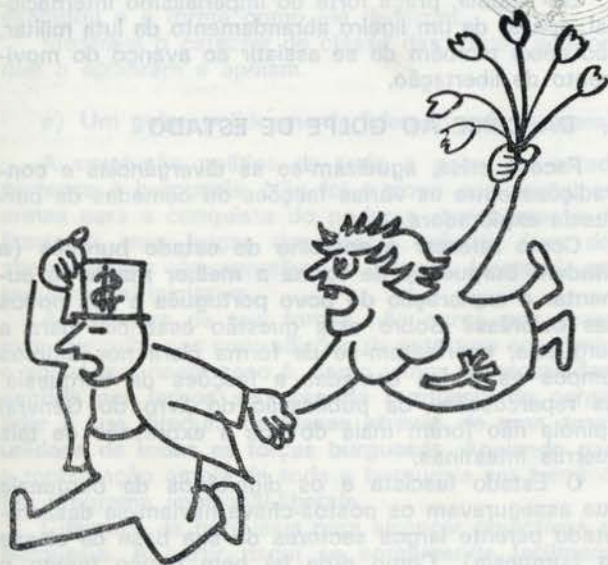


DEPÓSITO LEGAL
- 0. JUN. 1974

N.º 103 Nova Série MARÇO/ABRIL 1974

O TEMPO E O MODO

PREÇO DESTA N.º 2\$50



CAIU O FASCISMO

A LUTA CONTINUA!

O 25 de Abril

AS PÉTALAS PARA A BURGUESIA OS ESPINHOS PARA O POVO

No passado dia 25 de Abril eclodiu um golpe de estado conduzido por largos sectores do exército, sob a liderança política do chamado «**Movimento das forças armadas**». No espaço de poucas horas tal movimento ascendeu aos postos cimeiros do aparelho de estado burguês, destituindo os anteriores representantes da burguesia e instituindo uma «**Junta de Salvação Nacional**», constituída por militares.

A explicação deste acontecimento político só pode resultar de uma análise detalhada do desenvolvimento da luta de classes em Portugal. Na verdade, a alteração política verificada tem, obviamente, como finalidade responder a determinada situação objectiva e à luta que, a todos os níveis, travam as duas classes fundamentais da sociedade capitalista portuguesa: burguesia e proletariado.

1. A CRISE PROFUNDA EM QUE SE DEBATE A BURGUESIA PORTUGUESA

O presente golpe de estado vem culminar e ao mesmo tempo exprimir de forma clara a crise profunda em que se debate a burguesia portuguesa para manter a sua ditadura de classe sobre o povo português e os povos das colónias.

Quais as causas de tal crise que estão na base da mudança agora operada dos seus representantes no aparelho de estado?

As causas da crise são conjuntamente o desenvolvimento da luta revolucionária do povo português e dos povos das colónias.

a) A luta do povo português (com realce para o seu sector de vanguarda: o proletariado) entrou, nos últimos anos, numa fase claramente ascendente.

Multiplicam-se as greves, ocupações de fábricas, etc. em todo o país, enquanto o operariado e o povo, face ao desenfreado aumento do custo de vida imposto pelos monopólios, se encontra em luta aberta pela defesa das condições mínimas de subsistência. As reivindicações económicas assumem imediatamente um carácter político, já que a crise do capitalismo português rapidamente consciencializa a classe operária de que a conquista **efectiva** de tais reivindicações passa pela prévia conquista do poder político pelo povo.

Paralelamente, o proletariado forja a largos passos e no seio da luta, a sua organização de vanguarda que o conduzirá à vitória.

b) Os últimos anos igualmente assistem ao desenvolvimento imparável de novas vitórias dos povos das colónias.

Em Moçambique, a FRELIMO ataca em todas as frentes, seja no norte, seja em Tete e na zona da Beira, seja no sul, nas proximidades de Lourenço Mar-

ques. A população branca, desesperada, vira-se contra o próprio exército.

Na Guiné, no decurso do ano transacto, assiste-se a um avanço decisivo da luta de libertação, com a proclamação do Estado independente, República da Guiné-Cabo Verde.

Em Angola, praça forte do imperialismo internacional, apesar de um ligeiro abrandamento da luta militar, não deixa também de se assistir ao avanço do movimento de libertação.

2. DA CRISE AO GOLPE DE ESTADO

Face à crise, agudizam-se as divergências e contradições entre as várias facções ou camadas da burguesia exploradora.

Como reforçar o aparelho de estado burguês (a ditadura burguesa) de forma a melhor manter e aumentar a exploração do povo português e dos povos das colónias? Sobre esta questão essencial para a burguesia, guerream-se de forma clara nos últimos tempos as várias camadas e facções da burguesia. As repercussões da publicação do livro do General Spínola não foram mais do que a expressão de tais guerras intestinas.

O Estado fascista e os dignitários da burguesia que asseguravam os postos-chave haviam-se desacreditado perante largos sectores da sua base de classe (a burguesia). Como dizia há bem pouco tempo o General Spínola no seu livro «**Portugal e o Futuro**» a «**mais eficaz medida anti-revolucionária**» é, no momento presente de crise, a abertura à via da expressão «**legal e ordeira do pensar e sentir de todos os cidadãos**», assim se obtendo a «**legitimidade do poder**» (ou por outras palavras, o reforço do poder do Estado) para se ser «**intransigente na repressão de qualquer tentativa de alteração da ordem e da tranquilidade públicas**».

A via liberal de reforço da ditadura burguesa contrapunha-se assim claramente à via fascista então dominante. Ambas as vias (ou programas políticos da burguesia) tinham, porém, um único objectivo: travar e reprimir o desenvolvimento da luta revolucionária do povo português e do povo das colónias.

A via liberal na forma que lhe era dada pressupunha o apoio político não apenas de sectores da grande burguesia (aqueles predominantemente eufudados ao imperialismo europeu), mas também da média burguesia e sobretudo da pequena burguesia.

A impotência do fascismo para a resolução dos «grandes problemas» da burguesia, rapidamente levou ao enfraquecimento relativo e isolamento da camarilha marcelista. Por sua vez, a via liberal gozava do apoio político do Partido «Comunista» Português (ou C«D»E, como se queira), cujo programa revisionista exprime os interesses da burguesia junto das massas populares

e assegurava aos novos representantes da burguesia a travagem e contenção da luta das massas. Estavam assim reunidas as condições básicas para o sucesso (pelo menos a curto prazo) de um golpe de estado burguês que substituisse a ditadura burguesa fascista pela ditadura burguesa liberal. Foi o que aconteceu em 25 de Abril.

3. AS FORÇAS POLÍTICAS DO 25 DE ABRIL E O CARÁCTER DE CLASSE DO GOLPE DE ESTADO

Que se trata de um golpe de estado conduzido pela burguesia e para servir os seus interesses, é um facto incontestável.

Mostra-o claramente o programa apresentado.

Mostra-o a forma que assumiu o golpe, quem o executou e a forma como ele decorreu.

Mostra-o o carácter de classe das forças políticas que o apoiaram e apoiam.

a) Um golpe politicamente liderado pela burguesia

A condução política de todo o golpe de estado pertence à burguesia. Não foi o povo que pegou em armas para a conquista do poder e derrubamento do fascismo, mas forças do próprio exército (um dos sustentáculos do aparelho de estado fascista) que tomaram tal iniciativa.

A iniciativa de tais forças não surge por acaso, mas mergulha nas contradições da estrutura económica e social que neste caso é, como vimos, a **necessidade sentida por largos sectores da burguesia de consolidar a sua ditadura de classe através de uma ampla unidade de todas as forças burguesas**. Apelando para a mobilização ampla de toda a burguesia em torno de um programa «nacional-liberal».

Liderança da burguesia para alcançar objectivos da burguesia. A partir daqui se compreende facilmente quais as forças políticas que apoiam o golpe e a forma como o mesmo se desenrolou e está a consolidar-se.

b) O apelo à ordem e civismo — síntese de como se quiz o desenrolar do golpe.

Desde o início da actuação das forças armadas que foi lido um comunicado à população no qual se aconselhava esta a permanecer nas suas casas.

Tal apelo, aparentemente ditado por considerações de segurança das pessoas, visava no seu sentido mais profundo afastar as massas populares de qualquer intervenção activa no desenrolar dos acontecimentos. Desde o início que a burguesia teme que as massas extravasem dos limites que a «legalidade burguesa» lhes impõe. O futuro do país será negociado em gabinete.

O povo, porém, temperado numa longa luta contra o fascismo, ao ver a queda dos seus símbolos mais odiados exulta e vem para a rua, acompanha e aplaude os soldados. O povo não fica em casa e na rua exprimirá sempre genuinamente os seus desejos de que seja feita uma justiça popular. O movimento das forças armadas encarrega desde a primeira hora os seus agentes revisionistas da C«D»E de servirem de travão e guardiões da «ordem e civismo». **Serão esses os traços característicos constantes do desenrolar do golpe e que se repetirão nos dias subsequentes.**

Assim aconteceu no Largo do Carmo, quando a população aí reunida exigia a execução popular do odiado governo deposto e os oficiais lhes ofereciam um tanque de protecção, ao mesmo tempo que apelavam a que as massas dispersassem e se reunissem no Terreiro do Paço.

Assim aconteceu no assalto à sede da PIDE, quando as massas populares se aperceberam de que decorrido um dia de golpe tais assassinos ainda se encontravam escandalosamente à solta. Dois mortos e 45 feridos (entre os quais um redactor do TM, Adriano de Carvalho) foi o preço do sangue que o povo teve de pagar para que os militares se decidissem ao assalto da odiada polícia.

Assim aconteceu em Caxias, quando mais de 10 000 pessoas exigiram a libertação de **todos** os presos políticos, aí onde a Junta pretendia fazer distinções e libertar apenas alguns.

Assim aconteceu em dezenas de manifestações populares, que ao longo das ruas empunharam as bandeiras vermelhas da Revolução Democrática Popular, contrapondo-a à Revolução nacional burguesa.

Assim aconteceu, quando as massas populares das barracas se ergueram e ocuparam casas camarárias vazias em vários bairros de Lisboa.

Assim aconteceu durante todos estes dias na denúncia impiedosa pelas massas de todos os agentes da repressão, pides, GNR, PSP, legionários, censores, fascistas da «Época», etc.

As massas extravasando os limites da «liberdade» burguesa que lhes era imposta pelos autores do golpe e seus aliados no golpe, mostravam na prática que **a verdadeira revolução popular em vez de adaptar e modernizar o aparelho de estado burguês o destruirá no seu movimento revolucionário libertador.**

c) A população confraterniza com os filhos do povo fardados —

Outro aspecto altamente significativo e revelador no desenrolar do golpe foi a confraternização da população com os filhos do povo fardados — os soldados e marinheiros. Tal confraternização prefigura a consciencialização pelas amplas camadas dos soldados e marinheiros da sua posição de classe — que é ao lado do povo em luta — e desmascara o carácter reacccionário do exército burguês e da sua hierarquia que visa afastá-los do povo. Daí a preocupação com que a Junta e seus aliados da C«D»E passaram a encarar este aspecto: a primeira, afastando-os das ruas e a segunda oferecendo-lhes cravos e distribuindo-lhes «obrigados» e «vitórias».

d) As forças políticas que apoiam o golpe

Desde a primeira hora que o P«C»P e o P«S»P aderiram ao golpe dos oficiais. Juntamente com os liberais e certos sectores católicos constituem a base de apoio político em que a «Junta de Salvação Nacional» aposta.

A base e apoio de massas à Junta é catalizada e canalizada por tais agrupamentos políticos.

A adesão destes grupos políticos burgueses e a sua participação «legal» no aparelho de estado burguês reformado é um dos objectivos primeiros da Junta e bem se compreende porquê.

Com a participação de tais partidos burgueses, visa-se a instituição e consolidação de **uma ampla frente burguesa** dirigida contra a luta revolucionária do povo português e dos povos das colónias.

Mas, dir-se-á, não é o P«C»P o partido da classe operária, a sua vanguarda? Já acentuámos por várias vezes no **TM** que o P«C»P nunca foi, nem é, o partido da classe operária. A sua função própria é, pelo contrário, a de agente da burguesia no seio do movimento operário e não a de seu representante. O seu objectivo é o de travar a luta do povo, canalizando-a para as reformas burguesas e não para a revolução.

A participação do P«C»P no golpe de 25 de Abril é uma clara ilustração desta sua função e objectivos de classe.

Na verdade, em face da iniciativa política da burguesia tendente ao reforço da sua desacreditada ditadura de classe para melhor explorar o povo, o P«C»P embandeira em arco, adere, manifesta o seu apoio de todas as maneiras. E os interesses autónomos e históricos do proletariado, será que ele os representa ou defende na actual conjuntura? Claro que não. Os interesses que o P«C»P defende são os da burguesia — os interesses da burguesia no seio do povo que são na actual fase os seguintes:

- 1 — Manter o proletariado e o povo em casa ou no trabalho ordeiro e civicamente (não vimos já brigadas policiais da C«D»E?);

- 2 — Retirar todo o poder de iniciativa ao proletariado nesta excelente fase actual, «delegando» a defesa (traição) dos seus interesses nos sindicatos fascistas-revisionistas e nos doutores da C«D»E;

- 3 — Criar ilusões na classe operária sobre a natureza de classe do golpe, de forma a desarmá-la perante a burguesia;

- 4 — Defender o programa da burguesia liberal e pôr as massas trabalhadoras a reboque desta, lutando contra a revolução que é, na actual fase, a Revolução Democrática e Popular assente na aliança operária-camponesa.

4. CAÍU O FASCISMO, A LUTA CONTINUA !

O povo saúda a queda do fascismo, a queda de um regime que ferozmente o oprimiu e o explorou. Mas o povo sabe que a queda duma forma particular de ditadura da burguesia, não aboliu a ditadura da burguesia. E por isso o povo prosseguirá a sua luta implacável contra a burguesia. Contra a burguesia e contra todos os vendilhões que em nome da defesa dos interesses populares (C«D»E - P«C»P) oferecem o sangue e o suor do povo derramado pela **verdadeira Liberdade**, pela **verdadeira Democracia**, pela **verdadeira Paz**, pela **verdadeira Independência Nacional**, pelo Pão e pela Terra, no altar dos novos patrões de classe.

O MOVIMENTO GREVISTA ANTES DO GOLPE DE ESTADO

O aumento incessante do custo de vida como resultado da crise geral do sistema capitalista mundial e do capitalismo português em particular, agravou ainda mais as condições de vida das classes trabalhadoras em Portugal. Apesar do regime de opressão capitalista no interior das fábricas, a classe operária tem mostrado uma forte disposição e firmeza no confronto com o capital pela conquista de aumentos gerais de salários. A organização da produção virada para a maximização do lucro não pode atender à satisfação das necessidades sociais, antes pelo contrário sobram os bens supérfluos e escasseiam os de primeira necessidade. Este facto reflecte-se no encerramento de fábricas nos ramos industriais onde a taxa de lucro se encontra em declínio. O ramo dos têxteis é um exemplo flagrante: depois de ter ocupado um lugar preponderante nas indústrias transformadoras, veio a decrescer progressivamente nos últimos anos. O capital afecto às indústrias têxteis, procurando uma taxa de lucro razoável, tem deslocado as suas bases para as colónias, nomeadamente para Angola, onde encontra com relativa abundância uma mão-de-obra barata.

Como resposta aos despedimentos colectivos, os operários têm ocupado e permanecido nos seus locais de trabalho, por vezes por longo tempo como foi o caso dos trabalhadores da fábrica de papel da Abelheira. Os camaradas de outras fábricas revelando uma elevada consciência de classe têm desencadeado também greves de solidariedade contra os despedimentos.

O ascenso do movimento grevista em Portugal tem mostrado que à classe operária pouco ou nada interessa o reconhecimento pela classe dominante do seu direito à greve. Esta

tem sido uma arma eficaz contra a exploração capitalista. De nada têm valido os coletes de força dos sindicatos nacionais, autênticos órgãos do aparelho de Estado burguês cuja gerência tem em muitos casos sido assegurada pelo revisionismo, a força do movimento operário não se tem comprazido com as manobras legalistas dos dirigentes sindicais rebentando com todos os esquemas maquinados pela burguesia sejam eles suaves ou violentos. Nas mentes revisionistas anda o sonho há tanto tempo alimentado de atrelar a classe operária ao carro das reivindicações económicas, desviando-a do seu papel histórico essencial na transformação da sociedade capitalista, abolindo definitivamente a exploração do homem pelo homem. Na actual fase histórica só a tomada do poder político pelo proletariado poderá conduzir à apropriação social dos meios de produção e pôr fim a qualquer espécie de exploração.

Depois do movimento grevista que se alastrou por toda a indústria electrónica ainda nos fins do ano passado, logo no início deste ano estalaram greves por aumentos de salários e contra os despedimentos em quase todos os sectores da indústria: metalúrgicos, construção civil, cerâmica, vidreiros, papel, alimentares, químicas, têxteis, tintas, estaleiros, etc., no sector dos serviços: seguros e bancários. ROBIALAC (logo no dia 2 de Janeiro), COMETNA, ELECTRO-ARCO, SOREFAME, IMA (Setúbal), BIS, MONDET, EDUARDO JORGE, SACOR (Leça de Palmeira), FÁBRICA DOS GALEGOS (Beira Baixa), ESTALEIROS DE VIANA, DYRUP (Sacavém), FIAÇÃO DO CÁVADO,

(Continua na pág. 6)

O programa do Golpe

REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA - POPULAR OU LEVANTAMENTO DEMOCRÁTICO - NACIONAL?

Os acontecimentos posteriores ao golpe de Estado de 25 Abril, vieram pôr na ordem do dia, esta questão fundamental em torno da qual se degladiam duas linhas políticas radicalmente opostas: a da burguesia e a do proletariado. A partir de agora o povo pode avaliar com os seus próprios olhos qual dessas linhas defende efectivamente os seus interesses profundos, qual delas permite instaurar uma sociedade onde o proletariado e os seus aliados tenham o poder de decisão em relação a todas as questões que a cada momento se levantam.

A este respeito os revisionistas do P«C»P e os reformistas da C«D»E têm uma posição muito clara que os leva a embandeirar em arco face ao actual momento político português. Para eles o movimento desencadeado pelas forças armadas que levou ao derrube do governo fascista de Marcelo Caetano é o sonhado e ambicionado levantamento democrático-nacional. Mas quem tem a direcção política efectiva nesse «levantamento»? Qual a natureza de classe desse golpe de Estado? Sobre essas questões é escusado esperarmos resposta, pois o interesse dos revisionistas é precisamente evitar uma análise científica da realidade portuguesa. Longamente preparado pelos traidores infiltrados no seio da classe operária que lhe foram preparando o terreno, parido pelo próprio ventre do aparelho militar burguês, legitimado na pessoa de vários militares das mais altas patentes, e canalizado para os mais primários anseios da pequena e da média burguesia, as quais ouvir o Zeca Afonso na Rádio a toda a hora e já indício duma nova aurora, eis o levantamento nacional, eis a sagrada unidade do «Povo», não analisada nem definida do ponto de vista materialista e, claro, oportunisticamente alargada a todas as camadas antifascistas que «unidas jamais serão vencidas». E quem não era anti-fascista neste país, por sentimento, por devoção, por humanismo, por interesses económicos de aberturas e de mercados, etc., etc.?

Os acontecimentos imediatamente anteriores e posteriores ao 25 de Abril dão-nos a resposta: é anti-fascista a burguesia monopolista, bem como anti-fascista são também a média e a pequena burguesia e (porque não?) o proletariado e o campesinato; anti-fascistas são, desde o dia 25, mais precisamente desde o fim da tarde, as forças repressivas do Estado burguês, a G. N. R. e a P. S. P.; anti-fascistas são (milagre!) os meios de comunicação controlados pelos grandes monopólios e pelos revisionistas, isto é, a RTP, o Diário de Notícias, o Diário de Lisboa, a Capital, a República, e até o corpo redactorial da Época! Não podem restar dúvidas: eis o povo unido!, clamam os diversos sectores da burguesia reformista, batendo com o punho sobre a mesa e decretando a abolição da luta de classes.

Mas para garantir essa «abolição» é absolutamente necessário que os reformistas e os revisionistas oficializem a sua função de amortecedores das lutas populares e de polícias da classe operária. Responsabilidade essa que eles devotada-

mente se apressam a assumir, seja denunciando à GNR do Barreiro elementos populares que lançaram palavras de ordem contrárias às suas, seja procurando isolar como «provocadores» numa manifestação na Baixa da Banheira pessoas que lançavam vivas à classe operária.

Tudo isso, e muito mais que adiante se verá, é necessário para procurarem eternizar o seu sonho de concórdia acima das classes da coexistência pacífica entre explorados e exploradores. Aos revisionistas compete também cobrir o quadro da ditadura da burguesia, tratando de reabilitá-la face às massas populares. Em suma, a eles vai ser entregue a manutenção destas dentro da ordem e da legitimidade das aspirações burguesas.

Densa cortina, esta? Ou manto diáfano, através do qual a perspicácia do povo começa já a descortinar o mesmo sistema de fachada restaurada? Que liberdade lhe prepara a burguesia? A liberdade de passar fome e de ser «livremente» explorada?

A experiência quotidiana das massas e o poder que lhe cabe em todas as decisões tomadas orientam certamente o seu raciocínio. Só está na aldeia e não vê as casas quem é cego ou quem tem os olhos vendados. Se o povo não é cego e se as vendas da burguesia jamais chegarão para tantos milhares de pares de olhos, prescitemos as linhas de força do programa do «movimento das forças armadas»:

1) «Política económica posta ao serviço do povo português». Acaso será possível colocar qualquer política ou plano económico ao serviço dum povo, sem que o sector vital deste, a classe operária detenha o poder político? Os ensinamentos da história, a experiência acumulada pelos povos da Rússia, da China, da Albânia, respondem-nos que não. O que acontece é que qualquer movimentação política burguesa (fascista ou anti-fascista) para se cimentar e alicerçar pretende sempre garantir o apoio da classe mais numerosa da sociedade de cuja riqueza é afinal a única produtora. Daí que não exista nenhum programa político que no papel não reivindique «estar ao serviço do povo». E a defesa da propriedade privada? E o intacto poder nas fábricas e nos campos? E o comércio monopolista? E o imperialismo? Quem resolve? Quem assegura? Quem decide?

Renovado e rejuvenescido, o aparelho de Estado burguês assegura o contróle total da burguesia ao nível político e económico. Ao povo português depara-se esta situação hoje como ontem ridiculamente popularizada pelo revisionismo: Ser «servido» por aqueles a quem serve.

A impossibilidade da burguesia cumprir simultaneamente o duplo papel de exploradora e «servidora» e a vigilância e experiência das classes trabalhadoras, irão certamente polarizar a «política económica posta ao serviço do povo» para o terreno onde de facto esta questão se joga: a luta pelo pão nas fábricas, e nos campos a luta pela entrega da terra a quem

a trabalha. Sabe-o muito bem a burguesia, a qual prevendo o desmascaramento da sua demagogia aconselha desde já calma e moderação lembrando que «Roma e Pavia não se fizeram num dia» e fingindo ignorar que ao longo de mais de um século de dominação o capitalismo nunca fez a prosperidade das classes trabalhadoras. Mas esses apelos serão inevitavelmente rejeitados pela excelente razão de que ver os doutores da CDE falar na televisão não enche a barriga a ninguém.

2) «A política ultramarina do governo provisório (...) orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar.

b) criação de condições para um debate franco e aberto a nível nacional do problema.

c) lançamento dos fundamentos de uma política que conduza à paz.»

Acaso alguma burguesia por mais esclarecida, disciplinada e «bem intencionada» poderá de facto prosseguir a verdadeira paz? A instabilidade, a guerra iminente são situações ligadas ao sistema de exploração do homem pelo homem de que a burguesia se sustenta. Enquanto houver opressores e oprimidos, exploradores e explorados não haverá paz.

É facto sabido que a burguesia financeira portuguesa e também parte da média burguesia industrial estão fortemente interessadas na exploração colonial, e que é essa a razão pela qual obrigam há mais de 13 anos o povo português a travar uma guerra injusta contra os povos das colónias. Estará nos planos da burguesia portuguesa acabar com a exploração dos povos: português, angolano, moçambicano e guinense? Estará a burguesia disposta a destruir-se a si mesma enquanto classe, só para nos oferecer a paz? Caber-lhe-á alguma vez a ela, a criação das verdadeiras condições de paz em Angola, Moçambique e Guiné? Claro que tal ideia peregrina só pode florescer nas cabeças dos nossos democratas pequeno-burgueses, que no fundo mais não fazem do que permitir à burguesia monopolista ganhar tempo e retomar fôlego em busca de novas formas de conduzir a guerra. Mais uma vez vemos a burguesia reivindicar-se de uma decisão que jamais lhe caberá: assegurar a paz ou criar sequer condições para ela. Aliás nem sequer ao próprio povo português cabe tomar essa decisão. Os povos de Angola, Moçambique e Guiné, esses sim, decidirão, decidem já, do seu próprio destino. Ao povo português cabe aceitar o abraço internacionalista e tomar o exemplo destes povos corajosos de luta abnegada e vitoriosa face ao colonialismo português.

3) «Liberdade e exercício da democracia».

O materialismo histórico ensina-nos a compreender o verdadeiro alcance destas «siglas» e sobretudo a intenção que preside à sua suposta neutralidade face à sociedade dividida em classes.

Todos os sectores da burguesia se batem por unir todo o povo, toda a sociedade. Não há classes, não há interesses de classes, não há exploradores nem explorados. Existe no momento actual um «interesse nacional» comum — daí que todos os revisionistas clamem pela unidade. Daí que todos os burgueses queiram a unidade.

De boas intenções está o «inferno» da luta de classes cheio. Não há conciliação possível entre exploradores e explorados. Como não há democracia, como não há liberdade que simultaneamente possam ser assegurados aos que possuem

os meios de produção e àqueles que apenas possuem a sua força de trabalho. Daí que o carácter da liberdade e da democracia esteja inevitavelmente ligado à classe que está no poder. Se é a classe burguesa então temos liberdade e democracia para a burguesia e ditadura para o povo por mais cambiantes de que esta se revista. Se é o proletariado que está no poder então teremos democracia e liberdade para o povo trabalhador e ditadura para a burguesia.

Claro que para camuflar a sua dominação a burguesia pode enfeitar com rosas e palavras perfumadas o seu poder e o seu carácter de classe exploradora e encomendar aos revisionistas e aos reformistas as funções de jardineiros e tratadores de rosas ou gerentes das perfumarias de palavras (os jornais). Mas, ao nível dos factos objectivos todas as «democracias» europeias, por exemplo, se colocam no pólo oposto da democracia albanesa. E porquê? Porque em todas elas quem comanda é a burguesia, enquanto que na Albânia é o proletariado que está no poder.

Não se pronuncia o programa sobre o problema da dependência do nosso país em relação ao imperialismo mundial com o norte-americano à cabeça. Não o pode fazer. E não pode porque, não tendo o capital pátria, ele está presente em Portugal como em todo o mundo à excepção dos países que conquistaram a independência nacional. E nestes, natural e inequivocamente, não está porque a burguesia já não detém o poder, o qual está hoje nas mãos do proletariado.

Estranho levantamento «nacional» este, levado a cabo com o beneplácito ou mesmo com o aplauso declarado dos E. U. A., da NATO e da U. R. S. S.! Isto é, com o apoio dos mais poderosos imperialismos que existem à face da terra! Daí que o programa não fale de independência nacional, daí que revisionistas e reformistas comunguem deste sistema comprometido.

Ora o imperialismo norte-americano é o principal sustentáculo (económico, político e militar) do capitalismo no nosso país o que quer dizer que a libertação do povo português exige simultaneamente uma política anti-imperialista de independência nacional.

O MOVIMENTO GREVISTA ANTES DO GOLPE DE ESTADO

(Continuação da pág. 4)

PRODUTORA, RICARDO GALO, TOMÉ FETEIRA (limas de Vieira de Leiria), LUSO-ITALIANA, SELDEX, J. PIMENTA, PROGRESSO, MESSA (Algueirão), FÁBRICA DE LOUÇAS (Sacavém), SIPE (Carcavelos), REGINA (Alcântara), FACEL, STANDARD ELÉCTRICA, TRANSUL, METROPOLITANO, LISNAVE, SEPSA, MEC, SODA PÓVOA, MELKA, IBERIAR, DIALAR, TIMEX, PARRY & SON, CUF, TELEMEC, etc. Em muitas outras fábricas verificaram-se também largas movimentações operárias.

A crise económica eminente começa a produzir efeitos na circulação dos produtos, conduzindo ao açambarcamento e à escassez artificial das mercadorias no mercado. As massas populares indignadas com as especulações dos monopólios chegam mesmo a invadir o Pão de Açúcar na Cova da Piedade onde efectivamente vieram a encontrar os produtos que lhes diziam não haver.

A resposta da burguesia a esta conjuntura escaldante sempre foi o aumento e o reapetrechamento das suas forças repressivas, mas isto longe de diminuir a combatividade operária mais ainda a aumentou, pelo que se impunha uma mudança táctica também a este nível, que ao fim e ao cabo vem a caber inteiramente no 25 de Abril.

O POVO COMANDOU

A CAÇA AOS PIDES

Nas imediações da Rua António Maria Cardoso, assim que o povo tomou conhecimento de que a P. I. D. E./D. G. S. tinha disparado sobre a multidão desarmada, enchendo o chão com o sangue de mortos e feridos, verificou-se uma imediata reacção. Por um lado, de espanto; por outro, de protesto. Espanto, porque se pensava que que os fuzileiros especiais tinham ocupado a P. I. D. E./D. G. S., logo de manhã; protesto, em relação a quem se esqueceu de que a sinistra corporação tinha um autêntico arsenal e, com ele, um encarniçado ódio a tudo o que se chame liberdade e iniciativa do povo.

Perguntava-se: «Mas por que é que a tropa não cercou logo a P. I. D. E.? Do que estão eles à espera?»

Cinco minutos antes da primeira manifestação (14 horas), um jornalista deslocou-se, de automóvel, à P. I. D. E./D. G. S. Deparou-se-lhe um indivíduo, armado com uma «costureirinha» (metralhadora de fabrico russo), que lhe disse: «É melhor fazer reportagens para outro lado. Aqui ainda se lixa.»

O jornalista contou que foram à Rua António Maria Cardoso, a fim de confirmar uma notícia chegada à redacção, segundo a qual a P. I. D. E. havia sido tomada por fuzileiros especiais.

Na verdade, segundo afirmações recolhidas nas proximidades, estivera ali uma força da Armada. O comandante, porém, após ter sido avisado de que a P. I. D. E. resistiria e tinha muitas armas e munições à disposição, deu ordem para retirar.

Portanto, os criminosos da polícia ficaram à vontade para consumir os assassínios. Claro que a «culpa» não pode caber a quem comandava a companhia. A maneira como decorreu o golpe, a intenção de contemplar de igual modo todos os opositores com benevolência, eis alguns nós da meada. Quem maneja a ponta do fio? António Champalimaud é fotografado, em 29 de Abril, a entrar para o palácio da Cova da Moura. Exemplo que diz muito.

A manifestação ocorrida ao princípio da noite tirou as últimas hesitações aos milhares de pessoas que inundavam as ruas

do Chiado, Bairro Alto e Baixa. Grupos compactos dirigiram-se espontaneamente, quer a oficiais isolados, quer ao quartel do Carmo, a fim de exigir o imediato assalto à toca dos pides.

Dois carros de assalto e três ou quatro dezenas de homens tomaram posições, na tentativa de efectuar o cerco. Centenas de pessoas — operários, estudantes, pequenos empregados — incitavam a tropa ao ataque imediato.

A certa altura, proveniente da Rua Capelo, ouviu-se uma voz, aumentada por um megafone. Alguém disse: «Olha o Maltês!» Um oficial da P. S. P., à frente duma formação de choque, tentava convencer a multidão a retirar-se. Salientou que a P.S.P. havia aderido ao movimento dos militares e que o general Spínola o encarregara de «limpar as ruas de Lisboa».

Os gritos de «assassinos! assassinos!», antes exclusivamente endereçados aos pides, também eram agora atirados ao oficial e aos agentes da P. S. P. «O Maltês é um assassino» Gritavam centenas de bocas, ninguém arredava pé.

Os militares, com o apoio do povo, matavam dois pides: um, que pretendia atirar sobre a multidão e se encontrava num dos andares superiores; outro, que procurou iludir a vigilância dos soldados. Os bombeiros foram impedidos pelas massas populares de se aproximar, com a ambulância, do sítio onde se encontrava o cadáver do segundo pide. Ao fazerem recuar o veículo, já que se não podiam aproximar do corpo, deram a sensação (a quem estava mais longe) de proceder ao respectivo transporte. Não se sabia ainda se o pide estava morto ou apenas ferido. Ouviu-se, então: «Os pides morrem na rua! Os pides não merecem ser tratados! Os pides morrem na rua!» Os bombeiros, em desespero de causa, abriam a ambulância: «Vêem? Vêem? Não está aqui ninguém!...»

Com o avançar da noite, reduziam-se os grupos de pessoas nas cercanias da António Maria Cardoso. Imagem impressionista: a chuva miudinha como que amolecia os ânimos. Perto da meia-noite, os

populares davam-se conta do erro; os pides fugiam, aos pares, pela Rua Vitor Cordon, que não estava vigiada.

Um oficial subalterno, perante a insistência de populares e jornalistas, lamentava-se. Havia pedido reforços ao comando, mas não lhos tinham enviado. Esperava a sua chegada a todo o momento. Entretanto, os pides — segundo testemunhas iriam desaparecendo.

Foram revistados indivíduos que subiam a António Maria Cardoso, procedentes do lado da Vitor Cordon. Os militares verificaram que se não tratava de agentes, mas de «incautos» que encontraram o caminho livre. Para além da dificuldade que os soldados tinham em determinar rapidamente se os suspeitos eram ou não pides, verificava-se, sem margem para dúvida, que, se os «incautos» podiam subir sem haver saído da António Maria Cardoso (a partir do Centro Nacional de Cultura, são escassos ou inexistentes os moradores na artéria), é porque o cerco do exército tinha uma brecha, e grande.

Os reforços chegaram mesmo. Nessa altura, vários jornalistas ofereceram as instalações do seu Sindicato (sitas nas traseiras do prédio da pide), a fim de que os soldados pudessem ainda apertar mais o cerco. Foi exactamente por aqui que entraram as primeiras forças militares no pátio da sinistra corporação.

Assim que o povo soube que a pide havia sido tomada pela tropa, sucederam-se manifestações de regozijo, ao mesmo tempo que se pedia o apuramento de todos os crimes cometidos pelos terríveis agentes do fascismo. Os oficiais procuravam afastar a multidão, prometendo que haveria julgamento de todos os agentes e informadores.

Depois, foi a caça aos pides, modalidade popular quase desconhecida durante meio século. Esse agradável desporto teve — e continua a ter lugar em todas as ruas de Lisboa, com maior ou menor incidência, mas sempre com o mesmo entusiasmo. Apenas uma desilusão. A que se pode depreender de exclamações como esta:

«Ai, s'eu te pudesse apertar o pescoço!»

A INDEPENDÊNCIA DE UM POVO NÃO SE NEGOCEIA!

Um governo que se reconheça incapaz de derrotar militarmente a luta de libertação de um povo e simultaneamente se recuse a reconhecer-lhe de imediato a independência que ele conquistou de armas na mão só pode pretender uma coisa: encontrar uma solução que lhe permita cedendo em alguns pontos manter o que é essencial: os laços de dependência económica, cultural e política que permitam manter a sua exploração.

Esta é a situação do governo da junta: pela boca do seu presidente, o general Spínola, reconhece que a luta de libertação nacional dos povos das colónias não pode ser derrotada militarmente e simultaneamente fala em «Portugal pluricontinental» e em «províncias ultramarinas». Se a luta que se trava em Angola, Moçambique e na República da Guiné-Bissau não fosse uma luta de libertação nacional, se os movimentos de libertação destas colónias não defendessem os anseios profundos dos seus povos e não se encontrassem indissoluvelmente ligados a eles como seria possível que durante 13 anos a sua luta não parasse de crescer, a ponto de os próprios generais que os combateram reconhecerem serem eles invencíveis (impossíveis de vencer militarmente)?

O neo-colonialismo é a última esperança da burguesia portuguesa! Depois de durante 13 anos ter tentado derrotar 3 povos em armas, perante o crescer da sua luta incontável, mesmo os seus sectores mais renitentes reconhecem: o colonialismo está condenado! Um povo em armas é invencível! Apelo para todas as suas energias, unindo todos os seus sectores, a burguesia portuguesa prepara-se para ensaiar um último golpe: o neo-colonialismo. Durante os próximos meses iremos sem dúvida ver os aarautos políticos dos seus vários estratos rivalizarem entre si para tentar ver quem consegue desencantar a fórmula neo-colonialista mais imaginosa, aquele que melhor disfarce a manutenção da dominação sobre os povos das colónias e logo da sua exploração.

Nessa tarefa irão sobressair, estamos certos, muito especialmente os aarautos da pequena burguesia reformista, que reconhecendo de palavra o direito dos povos das colónias à sua autodeterminação procuram

nas suas propostas concretas substituir a uma dominação colonial uma dominação neo-colonial. Isto tem sido feito até aqui propondo:

a) «negociações prévias»: como se se pudesse alguma vez negociar a independência de um povo. Aceitaria o povo português alguma vez negociar a sua independência com um governo que o oprimisse? Estaria o povo português disposto alguma vez a «negociar» a sua independência política em troca da manutenção de uma dependência económica?

b) «Ampla consulta nacional, referendun, etc.»: como se ao povo português competisse decidir da independência de qualquer outro povo! Como se o povo português aceitasse alguma vez, caso estivesse sob a dominação directa de uma potência colonialista, que um outro povo «votasse» a sua independência!

Estas e outras propostas neo-colonialistas vão estar na boca de todos os aarautos da pequena burguesia.

A resposta do povo português só pode ser uma:

Com a independência de um povo não se negocia!

Separação e completa independência para os povos das colónias!

E os povos das colónias, pelas declarações dos seus movimentos de libertação já mostraram que não estão dispostos a mercadejar com a sua independência; já mostraram que não estão dispostos a deixar que a exploração colonial directa contra a qual se revoltaram em armas há já 13 anos seja substituída por uma exploração neo-colonial. A sua decisão é firme, a sua força é invencível!

Separação e completa independência para os povos das colónias!

O TEMPO E O MODO N.º 103

Director - interino — Luís Matoso

Redacção : R. Prior do Crato, 126-1.º Esq.

Comp. e impresso : Garcia & Carvalho, Lda.

R. Santo António da Glória, 90 — LISBOA

DEPÓSITO LEGAL
- 0. JUN. 1974

Suplemento ao n.º 103

O TEMPO E O MODO

Preço 2\$50



1.º DE MAIO VERMELHO



"PÃO, PAZ, TERRA, LIBERDADE, DEMOCRACIA E INDEPENDÊNCIA NACIONAL."

LISBOA

Que o operariado português e as restantes camadas sociais que constituem o povo possuem interesses de classe autónomos e bem demarcados que definem o seu claro antagonismo face à burguesia, eis a primeira lição a tirar da manifestação realizada pelo M. R. P. P. (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado) no dia 1.º de Maio, com início no Rossio às 19 e 30. E nem por não ter sido a maior manifestação realizada nesse dia ela deixou de ser aquela que de longe maior significado político teve.

De nada valeu a cortina de silêncio que todos os meios de informação procuraram erguer em torno dela antes e depois de 1 de Maio, de nada valeram as manobras de intimidação que preveniam contra os «irresponsáveis da extrema esquerda», de nada valeu a tentativa de afastar as massas com a transmissão de um jogo de futebol pela TV na precisa hora para que a manifestação estava marcada. Não es-

tiveram lá centenas de milhares de pessoas como na Alameda? É certo. Mas a História não é uma caixa registadora que só conheça a linguagem de aritméticas enganadoras. As massas presentes no Rossio deram a toda a gente uma lição magistral ao rejeitarem a histeria revisionista e reformista e ao ousarem afirmar que a luta continua, que a burguesia não pode dormir descansada, que a conciliação de explorados e exploradores nunca será o seu lema.

Precedida por um comício, onde diversos oradores (entre os quais um soldado) falaram a partir das 18 e 45 expondo o programa da Revolução Democrática Popular e defendendo a independência imediata e incondicional dos povos das colónias, a manifestação avançou às 19 e 30 precisas. Desde o primeiro momento foi marcante a harmoniosa combinação operada entre o entusiasmo das massas que empunhavam centenas de bandeiras vermelhas e cartazes com as palavras de ordem fundamentais e a impressionante disciplina proletária assegurada pelo nume-

roso serviço de ordem. Os manifestantes, após darem uma primeira volta ao Rossio, entraram na Rua do Ouro, a meio da qual se realizou um comício no qual um orador se referiu à luta de libertação dos povos das colónias, bem como à desapiadada exploração a que há séculos são submetidos, terminando por apelar para o internacionalismo proletário ao salientar que os povos irmãos de Angola, Moçambique, Guiné-Cabo Verde e Portugal combatem um inimigo comum.

O desfile continuou então rumo ao Terreiro do Paço gritando as justas palavras de ordem: **Pão, Paz, Terra, Liberdade, Democracia, Independência Nacional, Poder aos Operários e Camponeses!, Guerra do Povo à Guerra Colonial!, O Povo Vencerá!** Qualquer delas permite demarcar perfeitamente a linha popular da linha burguesa e revisionista do P. «C.» P. e do M. D. P. (ex-C. D. E.). Aos traidores que pedem ao povo português que desista das suas reivindicações para «consolidar a situação política actual» as massas responderam claramente que a situação política que

eles pretendem consolidar é a dominação da burguesia à qual se opõe frontalmente a ideia de Democracia Popular, na qual os operários e camponeses unidos deterão o poder. Assim serão conquistados: o **Pão** para os operários através da expropriação da burguesia exploradora; a **Terra** para os camponeses através da sua entrega a quem a trabalha; a **Paz** através da independência completa e incondicional dos povos coloniais; a **Independência Nacional** expulsando do país todos os imperialistas estrangeiros.

Entrando no Terreiro do Paço, os manifestantes dirigiram-se então aos numerosos soldados postados em frente ao Ministério do Exército, gritando: «**Os Soldados São Filhos do Povo**» e «**Nem Mais um Embarque**». Após alguns minutos de confraternização durante os quais os soldados se associaram a essas palavras de ordem empunhando algumas bandeiras vermelhas do M. R. P. P., realizou-se novo comício, falando desta vez um militante do M. P. L. A. que exortou os presentes a lutarem contra todas as formas de colo-

nialismo e de neocolonialismo, apoiando assim sem reservas a luta dos povos irmãos.

De novo rumo ao Rossio, a manifestação seguiu engrossando sempre as suas fileiras com elementos do Povo que se mostravam particularmente receptivos às palavras de ordem «**Nem mais um embarque**» e «**Retorno dos soldados**». Mostravam assim que na conquista da Paz o povo só pode contar com as suas próprias forças em vez de (como faz o partido de Cunhal) passar à burguesia



“ GUERRA DO POVO À GUERRA COLONIAL. ”

cheques em branco que lhe permitam retomar fôlego para organizar a sua política colonialista.

Do Rossio seguiu-se em direcção aos Restauradores continuando depois pela Avenida da Liberdade e pela Rua Alexandre Herculano a caminho da Assembleia Nacional. Novos comícios se realizaram nos Restauradores e nas escadarias da referida Assembleia, tendo em ambos

sido salientado que «**enquanto os que não trabalham engordam à custa dos que trabalham só poderemos gritar que o Povo vencerá**», insistindo-se em particular no segundo desses comícios em que essa vitória nunca poderá provir de eleições realizadas no quadro da sociedade burguesa, só podendo pelo contrário resultar da Revolução Popular armada.

Era já meia-noite e ninguém arredava pé, e foi em ambiente de apoteose popu-

lar, de festa que por o ser não se demitia de ser também luta, que o cortejo iniciou a sua última etapa em direcção à residência de Ribeiro Santos, heróico militante da FEML-MRPP assassinado pela PIDE em 12 de Outubro de 1972. Numerosos cartazes com a sua efígie enquadravam a manifestação, cartazes esses onde se podia ler: «**Lutou pelo Povo, morreu pela Revolução**». A multidão gritava então em coro «**Vinga-**



" O POVO VENCERÁ "

remos Ribeiro Santos» vivendo com autêntico fervor revolucionário esta homenagem a esse verdadeiro filho do Povo.

Uma vez chegada ao Largo Ribeiro Santos (ex-Largo de Santos), foi com emoção que escutou as palavras de um orador que, saudando o heróico militante

e a sua família, ressaltou o papel de colaboração que os revisionistas desempenharam no seu assassinato e salientou o significado político exemplar desse facto, o qual hoje se projecta claramente a um nível mais amplo quando revisionistas e burguesia (agora **temporariamente** sem PIDE)

se dão as mãos estreitamente, com os primeiros de novo a gritarem «calma, calma» e a procurarem dar à segunda tempo para sacar da arma e... disparar.

Mas isso, como é evidente, **nunca** o Povo o permitirá.

VILA FRANCA DE XIRA—ALVERCA

Desde os primeiros dias de Abril que a vasta zona operária que se estende de Sacavém a Vila Franca de Xira despertara activa e militante para o 1.º de Maio. De facto, uma arrojada campanha de agitação inundava muros e paredes com vibrantes palavras de ordem: «1.º de Maio é vermelho», «1.º de Maio é dia de luta», «1.º de Maio é dia de greve», enquanto que nas ruas, nas estradas, nos caminhos e nos acessos a classe operária e o povo trabalhador encontrava ao nível da propaganda o alimento político consciencia-

lizador da grande jornada vermelha que se aproximava. Os Comitês Vermelhos 1.º de Maio, o Comité Directivo da Zona Estaline do M.R.P.P. levavam a toda a parte as suas palavras de ordem como únicos e incontestados dirigentes de toda a actividade e agitação política revolucionária em toda esta região operária.

Assim o fora em Outubro, assim o é desde 1970, altura que correspondeu ao crescimento e fortalecimento do trabalho marxista-leninista.

Todos ao 1.º de Maio Vermelho em Vila Franca de Xira no largo da Estação às 19,30 h.

A classe operária, o povo de Vila Franca, Alhandra, Alverca, Sobralinho, Arcena, Póvoa de S. Iria, Bobadela, etc., etc. era chamado à rua para uma jornada verdadeiramente sua do 1.º de Maio, todos estavam nos seus postos, a bandeira vermelha flutuaria nas ruas de Vila Franca. Contra esta avalanche revolucionária, contra este poderoso passo em frente da classe operária e do seu embrião organi-

zados, fascistas e revisionistas, cada qual a seu modo tentavam erguer o dique da contra-revolução.

Aos primeiros iria competir a repressão física através dos Pides, legionários, Polícia de Choque e G.N.R., aos segundos a repressão ideológica através da propaganda demissionista considerando a classe operária «enfraquecida» e «desarmada» e «sem condições», precisamente quando ela prosseguia vigorosamente toda uma série de lutas reivindicativas, muitas delas culminando em duras e prolongadas greves.

O golpe de 25 de Abril veio trazer ainda mais luz a esta aliança clara dos vários estratos da burguesia.

Agora os revisionistas, sem a Pide e a Legião, e com a G.N.R. e a Polícia de Choque do seu lado, também querem o seu 1.º de Maio. E quanto mais cedo melhor.

Oportunistas, vendilhões dos interesses da classe operária, irão tentar sabotar a gloriosa jornada vermelha do 1.º de

Maio, e a generosa vontade dos trabalhadores em a ela se associarem. É esta a tarefa que lhes cabe na divisão do bolo burguês. O 1.º de Maio é o primeiro teste a que o poder dos monopólios os submete: ou colaboram traindo e esquartejando, ou rual! E o revisionismo quer ficar... e de poleiro.

Às 18 horas, hora e meia antes da manifestação do 1.º de Maio Vermelho convocada pelo M.R.P.P. para Vila Franca desde o final de Março, os revisionistas montam a sua feira de traição. No largo da Câmara, altifalantes em alta grita chamam enganosamente o povo, para cobrirem de branco a jornada vermelha do 1.º de Maio. Em vão!

Em Alverca, perto de um milhar de operários, trabalhadores, mulheres e jovens percorrem as ruas da vila sob bandeiras vermelhas.

«Nem fascistas, nem liberais, nem revisionistas», «Governo Popular», «Ditadura Popular», «Guerra do Povo à

Guerra Colonial», «Abaixo o Revisionismo» são as palavras de ordem que ecoam por toda Alverca. Nos arredores desta vila milhares de pessoas vitoriam os manifestantes, familiarizados como estão, desde há muito, com as suas palavras de ordem e com a sua propaganda. Esta manifestação é por um lado o prenúncio da derrocada da tática revisionista face ao 1.º de Maio, por outro lado é a confirmação da justa adesão do povo à manifestação do 1.º de Maio Vermelho.

Finalmente, em Vila Franca, às 19 horas e 30 minutos, inicia-se um comício no largo da estação. Os oradores exortam a classe operária e o povo a preservar na sua luta, chamando a atenção para as modificações verificadas no aparelho de Estado burguês e para consciencialização de que para os operários e os camponeses só um caminho se abre: a conquista do poder. O internacionalismo do nosso Povo, o apoio firme e incondicio-

O 1.º de Maio é Vermelho



nal à luta dos povos das colónias chamaram ao largo muitos marinheiros, os quais se incorporaram na manifestação (enquadrada por simpatizantes do M.R.P.P. de braçadeira vermelha e estrela de cinco pontas) que, findo o comício, percorreu as ruas principais da vila e zonas populares, e coloriu de vermelho o largo da Câmara onde a grande massa

de populares que haviam sido abandonados pela corja revisionista e oportunista, que se limitava a discursatas de circunstâncias e aos discos dos «bala-deiros», se familiarizou com as palavras de ordem «Guerra do Povo à Guerra Colonial», «Viva o M.R.P.P.», «República Popular», «Ditadura Popular», «Pão, Paz,

Terra, Liberdade, Democracia e Independência Nacional».

A manifestação finalizou no largo da Estação com a intervenção de um orador que exortou mais uma vez à aliança de operários e camponeses como único caminho para a libertação do Povo, pela instauração em Portugal duma República Democrática Popular.

PORTO

No Porto, realizou-se no 1.º de Maio Vermelho, pelas 15 h., uma manifestação da «imprensa popular», promovida por camaradas da imprensa popular do Porto. Publicamos a convocatória de tal manifestação, que a redacção e colaboradores do TM saudam com todo o calor e confiança no fortalecimento de uma Imprensa que sirva de tribuna aos interesses da classe operária contra o conluio liberal-revisionista.

Pelas 16,15 h. do 1.º de Maio Vermelho arrancou uma manifestação, içando várias bandeiras vermelhas e o retrato de Ribeiro Santos, na estação de S. Bento, que se fundiu no cortejo popular e percorreu a Rua de Sto. António, Santa Catarina, Formosa, etc., até próximo da Praça do Município. Cartazes elevavam bem alto frases como «Pão, Paz, Terra, Liberdade, Democracia e Independência Nacional»; «Guerra do Povo à Guerra Colonial Imperialista»; «A separação e completa independência para os povos das colónias».

Outras palavras de ordem gritadas pelos manifestantes: «Viva o camarada Ribeiro Santos», «Viva a classe operária», «Morte ao revisionismo», «O poder aos operários e camponeses», «Viva a República Popular da China».

Esta manifestação voltou mais tarde a reagrupar-se em S. Bento às 19 h., percorrendo então a Praça, S. Bento, Sá da Bandeira, Fernandes Tomás, até à Trindade. Durante esta parte do trajecto foram desfraldadas ao vento três bandeiras do M.R.P.P.

CAMARADA LEITOR E AMIGO DA IMPRENSA POPULAR

Os camaradas do Porto da imprensa popular já existente ("O Tempo e o Modo", "Comércio do Funchal", "Jornal do Centro") decidiram lançar um apelo para uma mais ampla adesão à imprensa popular na sua tarefa de apoio à luta da classe operária e das massas trabalhadoras suas aliadas, denunciando o oportunismo reformista e revisionista.

Os camaradas leitores e amigos da imprensa popular, conscientes do papel histórico que lhes cabe desempenhar, procuram introduzir-se com maior profundidade no seio da classe operária e das massas trabalhadoras suas aliadas, realizar com elas um justo trabalho colectivo e, fundamentalmente, libertar os camaradas intelectuais dos vícios e atitudes burgueses.

É nosso objectivo essencial que sejam os camaradas da classe operária e das massas trabalhadoras suas aliadas a tomarem conta da direcção efectiva da imprensa popular.

Assim, Os camaradas colaboradores da imprensa popular convocam-te para uma **concentração, na Praça da República, às 15 horas do dia 1 de Maio**, o dia dos trabalhadores, seguida de manifestação popular até à Praça da Liberdade.

A tua participação no comício que então realizaremos reforçará a imprensa popular já existente.

Faz também do 1.º de Maio uma grande jornada de apoio à imprensa popular que defende os objectivos revolucionários da classe operária portuguesa e das massas trabalhadoras suas aliadas.

DIA 1 DE MAIO ÀS 15 HORAS NA PRAÇA DA REPÚBLICA.

**APOIEMOS A IMPRENSA POPULAR JÁ EXISTENTE, LEGAL OU NÃO,
AO SERVIÇO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA.**

Camaradas da imprensa popular do Porto

COIMBRA

O MRPP convocou igualmente para Coimbra uma manifestação do 1.º de Maio Vermelho.

A concentração fez-se no Lago da Portagem, onde acorreram milhares de pessoas. Daí seguiram até à Câmara Municipal. Rompendo, aí, o cerco montado pelos revisionistas, a manifestação avançou para a Praça da República, junto à qual se realizou um comício.



"NEM MAIS UM EMBARQUE"

BRAGA

Na sequência de uma manifestação antifascista, anticolonialista e anti-imperialista levada a efeito no dia 26 de Abril em Braga, apareceu a convocatória para o 1.º de Maio vermelho, subscrita pelos Comités Vermelhos 1.º de Maio formados em Braga, constituídos por operários e estudantes que apoiam o M.R.P.P. As massas populares conduziram a propaganda e agitação para a convocatória, com um notável espírito de entusiasmo e iniciativa,

distribuindo o apelo à saída das fábricas e na rua, executando pinturas em vários locais, e, através de um automóvel equipado com instalação sonora propagando por toda a parte a notícia da efectivação da manifestação.

Apesar de todas as provocações revisionistas, a manifestação arrancou a partir do Rossio da Sé com milhares de pessoas gritando «Pão, Paz, Terra, Liberdade, Democracia, Independência Nacional»; «Viva a Classe Operária»; «Guerra do Povo à guerra colonial»; «Em frente na luta pela Democracia Popular».

MARINHA GRANDE

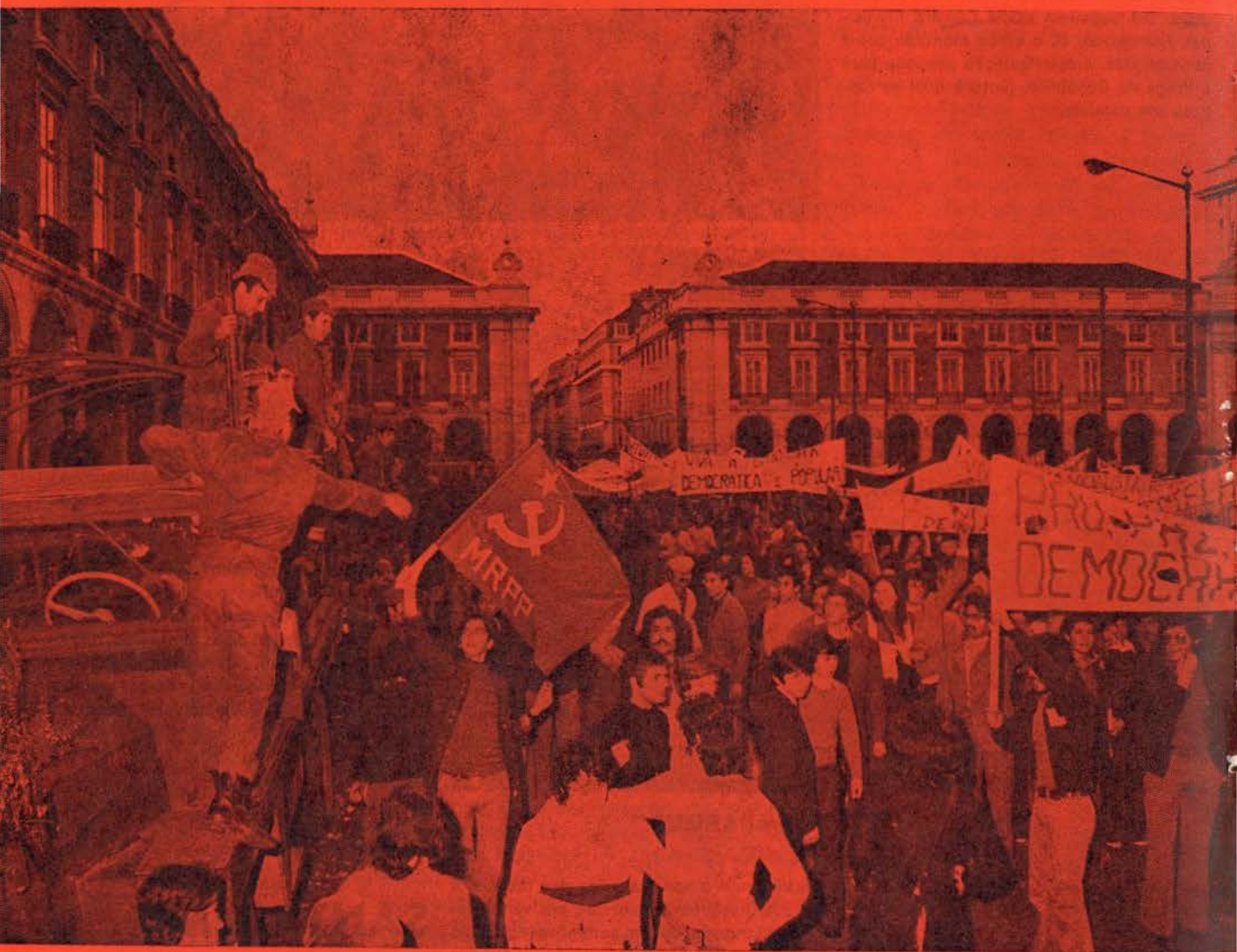
Na Marinha Grande o M.R.P.P. tinha igualmente convocado uma manifestação para o 1.º de Maio Vermelho na Praça Stephens, a qual se realizou com milhares de pessoas.

Também se realizou uma grandiosa marcha dos operários de Vieira de Leiria até à Marinha Grande, onde confraternizaram com todo o povo, tornando o 1.º de Maio Vermelho, apesar de todas as provocações revisionistas, numa grande jornada de luta pela Democracia Popular.

OLHÃO SANTARÉM CASTELO BRANCO

Simpatizantes do MRPP organizaram manifestações nestas localidades, onde foram levantadas grandes bandeiras vermelhas do MRPP.

PÃO, PAZ, TERRA, LIBERDADE, DEMOCRACIA, INDEPENDÊNCIA NACIONAL



"OS SOLDADOS SÃO FILHOS DO POVO"

O TEMPO E O MODO N.º 103

Director-interino: Luís Matoso — Redacção: R. Prior do Crato, 126-1.º Esq.º

Composto e impresso: Tip. Garcia & Carvalho, Lda. — R. Santo António da Glória, 90 - Lisboa